



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE
Inquérito Civil nº 06.2022.00003720-3

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, neste ato representado pela Promotora de Justiça Elaine Rita Auerbach, doravante designada **COMPROMITENTE** e o Município de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Hermann August Lepper, n. 10, Saguacu, representado por seu Prefeito Municipal, **ADRIANO BORSCHHEIN SILVA**, e pela Secretária de Saúde do Município de Joinville, **TÂNIA EBERHART**, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00003720-3, nos termos dos artigos 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ; art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que é atribuição constitucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos **serviços de relevância pública** aos direitos assegurados na Constituição da República (artigo 129, inciso II, da CF/88);

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso I da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, impõe ao Ministério Público promover a defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo garantir o seu respeito pelos poderes estaduais e municipais;

CONSIDERANDO o artigo 196 da Constituição da República Federativa Brasileira, segundo o qual a saúde é direito de todos e dever do Estado;

CONSIDERANDO o artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor que estabelece como direito básico dos consumidores a proteção da vida, saúde e segurança, bem como a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;

CONSIDERANDO o artigo 198 da Constituição da República Federativa Brasileira, que dispõe que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (Sistema Único de Saúde);

CONSIDERANDO que o artigo 200 da CRFB/88 estabelece que “ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...] II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador [...]”;

CONSIDERANDO o artigo 2º da Lei n. 8.080/90 (Lei Orgânica da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

Saúde), segundo o qual **a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;**

CONSIDERANDO que o artigo 4º da lei acima citada prevê que “o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)”;

CONSIDERANDO o artigo 6º da lei supramencionada, que incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de vigilância sanitária;

CONSIDERANDO o conceito previsto no §1º do artigo 6º supra, segundo o qual vigilância sanitária é um “[...] conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde”;

CONSIDERANDO o artigo 7º ainda do mesmo diploma legal, que prevê os princípios e diretrizes do SUS de universalidade do acesso, integralidade da atenção e descentralização político-administrativa com direção única em cada esfera de governo;

CONSIDERANDO que o artigo 17 dispõe que “à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete: I – promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde; [...] IV – coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços: [...] b) de vigilância sanitária [...]”;

CONSIDERANDO que cabe à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) executar o serviço de vigilância sanitária (artigo 18, inciso IV, alínea b, da Lei n. 8.080/90);

CONSIDERANDO que a Lei n. 9.782/1999 define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a existência do Pacto pela Saúde/2006, que o define como “um conjunto de reformas institucionais do SUS pactuado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade do Sistema Único de Saúde”;

CONSIDERANDO que as Vigilâncias Sanitárias Municipais deverão pactuar as ações com as Vigilâncias Sanitárias Estaduais e estas com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tendo como base um “elenco norteador”;

CONSIDERANDO o Plano Diretor de Vigilância Sanitária



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

(PDVISA/2007) como *“um instrumento de eleição de prioridades em VISA [...] A implementação do PDVISA se dá por meio dos Planos de Ação em Vigilância Sanitária. Esses Planos de Ação são um instrumento de planejamento interno das VISAS em consonância com o PlanejaSUS e com o Pacto pela Saúde”*;

CONSIDERANDO que os “Planos de Ação em Vigilância Sanitária” são uma ferramenta de planejamento, em que estão descritas todas as ações que a Vigilância Sanitária pretende realizar durante um exercício, assim como as atividades a serem desencadeadas, as metas e resultados esperados e seus meios de verificação, os recursos financeiros implicados e os responsáveis e parcerias necessárias para a execução dessas ações;

CONSIDERANDO que a Deliberação n. 250/CIB/2019, da Comissão Intergestores Bipartite deste Estado, estabeleceu os critérios para a construção do Plano de Ação Municipal em Vigilância Sanitária/2017-2019;

CONSIDERANDO que os recursos federais têm relevância estratégicas na execução das ações e contribuem para que as VISAs e gestores possam fortalecer o processo de descentralização;

CONSIDERANDO que os valores definidos, pactuados e distribuídos entre os municípios são repassados mensalmente de forma regular e automática Fundo a Fundo e serão reajustados anualmente com base na população estimada pelo IBGE;

CONSIDERANDO que os recursos federais destinados às ações de vigilância sanitária são constituídos de Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVISA) e Piso Variável de Vigilância Sanitária;

CONSIDERANDO a responsabilidade do gestor público na administração de recursos públicos, notadamente, na sua aplicação, a fim de que seja alcançada a eficiência da atividade administrativa, traduzido no atendimento ao princípio da eficiência esculpido no artigo 37, *caput*, da Constituição da República Federativa Brasileira;

CONSIDERANDO a existência do Programa de Fortalecimento das Parcerias Administrativas para Proteção da Saúde do Consumidor – **Fortalece VISA**, que foi eleito pelo Conselho Consultivo do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, e de maneira inédita, pela sociedade catarinense, como prioridade para 2022-2023, e que tem como objetivo promover a articulação com os Órgãos Públicos municipais, estaduais e federais incumbidos da fiscalização dos setores regulados, cujos produtos e serviços representam riscos à saúde dos consumidores. Além disso, busca estimular o Poder Público a constituir e a estruturar órgãos de fiscalização de produtos e serviços potencialmente causadores de riscos à saúde dos consumidores e incentivar a regularização dos fornecedores de produtos e serviços afetos à área da saúde do consumidor;

CONSIDERANDO que foram coletados dados dos órgãos de Vigilância Sanitária Municipais de todo estado de Santa Catarina, em relação a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

estrutura legal, física, recursos materiais, estrutura administrativa e operacional.

CONSIDERANDO que o município de Joinville elaborou Relatório de Autoavaliação, atestando por meio de Declaração de Compromisso firmada pelos gestores municipais, as deficiências apontadas abaixo:

- não dispõe dos equipamentos PHmetro e clorímetro (2.3);
- não dispõe de reagentes utilizados para fiscalização (2.5);
- não utiliza o sistema PHAROS (3.2);
- não realiza a integração do Sistema Estadual PHAROS com as informações mensais da produção de ações executadas (3.2.1);
- não possui cadastro específico no CNES, utilizando o mesmo da Secretaria Municipal de Saúde (3.3);
- não alimenta mensalmente as ações de VISA no SIS/SUS (3.5);
- não utiliza o Sistema SIERI – Sistema de Informação Estadual de Radiações Ionizantes (3.7);
- os recursos financeiros arrecadados por taxas de alvarás sanitários não são utilizados para atender às necessidades do setor VISA (4.2);
- não segue as normas de simplificação e desburocratização para concessão do alvará sanitário de novos estabelecimentos e renovações, obedecendo a classificação de risco (6.2);
- não utiliza autodeclaração para liberar o alvará dos estabelecimentos de baixo risco (6.3);
- não emite alvará para os estabelecimentos considerados fora da abrangência da Vigilância Sanitária (6.4);
- não realiza busca ativa de estabelecimentos clandestinos (6.17);
- não utiliza roteiros próprios para inspeção sanitária (6.18.1);
- não possui relatórios de inspeção de todos os estabelecimentos sujeitos a fiscalização sanitária (7.6);
- não dispõe de 1 fiscal devidamente habilitado, capacitado e credenciado para cada 10 mil habitantes (9.1);

CONSIDERANDO que a Vigilância Sanitária Estadual realizou supervisões nos serviços de vigilância sanitária municipais em todo o Estado, tendo elaborado o Relatório de Avaliação da Supervisão Municipal no município de Joinville, apontando as seguintes deficiências:

- Item 6) a VISA Joinville não dispõe de 1 (um) fiscal para cada 10 mil habitantes;
- Item 12) a VISA Joinville não mantém atualizado o sistema Pharos, na medida em que o cadastro da equipe no sistema ocorre apenas eventualmente e não fazem o cancelamento de 'logins de acesso' dos profissionais que não fazem mais parte da equipe;
- Item 14) a VISA Joinville não mantém atualizado o cadastro no



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

SCNES, o que pode acarretar o bloqueio de transferência de recursos;

- Item 15) a VISA Joinville não alimentar suas ações no SIA/SUS;
- Item 22) a VISA Joinville não possui relatórios de inspeção de todos os estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária;
- Item 26) a VISA Joinville não possui uma estatística das maiores transgressões sanitárias;
- Item 29) a VISA Joinville segue a norma municipal para concessão de alvará sanitário de novos estabelecimentos, contudo a norma municipal se apresenta em desacordo com a legislação e norma estadual;
- Item 32) a VISA Joinville só realiza a busca de estabelecimentos clandestinos quando provocada (recebe denúncia);
- Item 33) a VISA Joinville utiliza roteiros somente para algumas inspeções sanitárias.

CONSIDERANDO, por fim, que, recentemente oficiada, a Vigilância Sanitária do Município de Joinville **confirmou** a permanência das seguintes deficiências:

- Item 6) a VISA Joinville não dispõe de 1 (um) fiscal para cada 10 mil habitantes;
- Item 12) a VISA Joinville não mantém atualizado o sistema Pharos, na medida em que o cadastro da equipe no sistema ocorre apenas eventualmente e não fazem o cancelamento de 'logins de acesso' dos profissionais que não fazem mais parte da equipe;
- Item 14) a VISA Joinville não mantém atualizado o cadastro no SCNES (é utilizado o número do CNES da Secretaria de Saúde), o que pode acarretar o bloqueio de transferência de recursos;
- Item 22) a VISA Joinville não possui relatórios de inspeção de todos os estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária (confecciona relatório apenas nos estabelecimentos infrações sanitárias durante a fiscalização);
- Item 26) a VISA Joinville não possui uma estatística das maiores transgressões sanitárias;
- Item 29) a VISA Joinville segue a norma municipal para concessão de alvará sanitário de novos estabelecimentos, contudo a norma municipal se apresenta em desacordo com a legislação e norma estadual (há proposta de alteração da Lei Complementar n. 393/2013, a qual se encontra em avaliação junto a Procuradoria-Geral do Município, para posterior aprovação pela Câmara de Vereadores);
- Item 32) a VISA Joinville só realiza a busca de estabelecimentos clandestinos quando provocada (recebe denúncia);
- Item 33) a VISA Joinville utiliza roteiros somente para algumas



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE
inspeções sanitárias.

RESOLVEM

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com base no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/1985; Resolução n. 179/2017/CNMP; e artigo 19 do Ato n. 335/204/PGJ, mediante as seguintes cláusulas:

I - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE JOINVILLE

CLÁUSULA 1ª - O Município de Joinville compromete-se a pactuar ações de vigilância sanitária com o Estado de Santa Catarina, por meio do Núcleo de Descentralização da Diretoria de Vigilância Sanitária, elaborando o “Plano de Ações Municipal em Vigilância Sanitária-quadriênio 2020/2023 e seguintes”, conforme os critérios aprovados na Deliberação 250/CIB/2019, caso essa providência ainda não tenha sido adotada;

CLÁUSULA 2ª - O Município de Joinville compromete-se a cumprir e desenvolver as ações e metas estabelecidas no “Plano Municipal de Ações de Vigilância Sanitária”, durante o prazo indicado no documento;

CLÁUSULA 3ª - O Município de Joinville compromete-se a inserir no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como na proposta da futura Lei Orçamentária (LOA) para o exercício 2024, sejam contempladas as metas e recursos necessários ao cumprimento das ações e metas estabelecidas no “Plano Municipal de Ações de Vigilância Sanitária”;

CLÁUSULA 4ª - O Município de Joinville compromete-se a inserir no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como na proposta da futura Lei Orçamentária (LOA) para o exercício 2024, que os recursos arrecadados com as taxas vinculadas à Vigilância Sanitária sejam destinados ao Fundo Municipal de Saúde;

CLÁUSULA 5ª - O Município de Joinville compromete-se a inserir o “Plano Municipal de Ações de Vigilância Sanitária” na sua Programação Anual da Saúde (PAS), observando as diretrizes constantes no Plano de Saúde;

CLÁUSULA 6ª - O Município de Joinville compromete-se a detalhar no Relatório Anual de Gestão (RAG) os demonstrativos das ações, resultados alcançados e aplicação dos recursos no âmbito municipal, submetido ao respectivo Conselho de Saúde, e encaminhar tal documento a esta Promotoria de Justiça até o final do primeiro trimestre de cada ano (31 de março);

CLÁUSULA 7ª - O Município de Joinville compromete-se, no prazo de 1 (um) ano da assinatura do presente, prover a estrutura necessária para a eficaz



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

atuação da VISA Municipal, tanto de recursos humanos como material e financeiro.

Parágrafo primeiro: no prazo assinalado no *caput* desta cláusula, deverá o Município de Joinville prover, mediante concurso público, as vagas necessárias para que a VISA Joinville disponha em seu quadro de funcionários a proporção de 1 (um) fiscal para cada 10 mil habitantes, com as especialidades necessárias, o que equivale ao total de 60 (sessenta) fiscais, considerada a população estimada para o Município de Joinville¹;

Parágrafo segundo: até a posse dos aprovados no concurso, e visando o pleno atendimento das cláusulas 8ª a 15ª, o compromissário poderá contratar temporariamente, mediante processo seletivo, pessoal necessário, ou ainda designar servidores já integrantes do quadro da administração municipal, com aptidão e qualificação para o desempenho dessas funções temporariamente;

CLÁUSULA 8ª – O Município de Joinville, **no prazo de 90 (noventa) dias**, compromete-se a manter em operação e alimentado um sistema, seja ele estadual ou municipal, voltado para o registro de tramitação dos processos relativos ao licenciamento sanitário, a fim de possibilitar o devido registro e acompanhamento dos processos;

CLÁUSULA 9ª – O Município de Joinville, **por sua Vigilância Sanitária**, desde a assinatura do presente termo, compromete-se a se abster de conceder alvará sanitário sem identificação numérica (rastreadabilidade); sem prévia inspeção sanitária que constate a efetiva adequação do estabelecimento às normas regulamentares, exceto nos casos previstos em legislação específica; e sem a assinatura da autoridade competente;

CLÁUSULA 10 – O Município de Joinville compromete-se a cadastrar/atualizar a VISA no SCNES, com número de cadastro exclusivo para a Vigilância Sanitária Municipal, **no prazo de 120 (cento e vinte) dias**;

CLÁUSULA 11 – O Município de Joinville, por sua Vigilância Sanitária, compromete-se, **a partir de 75 (setenta e cinco) dias da homologação deste TAC**, a elaborar relatórios de inspeção de todos os estabelecimentos sujeitos ao licenciamento sanitária;

CLÁUSULA 12 - O Município de Joinville, por sua Vigilância Sanitária, **a partir de 120 (cento e vinte) dias da assinatura deste TAC**, compromete-se a elaborar periodicamente uma estatística das transgressões sanitárias com maior índice de incidência no período;

CLÁUSULA 13 – O Município de Joinville compromete-se, **no prazo**

¹ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura de TAC, a finalizar a avaliação da proposta de alteração da LC n. 393/2013 e encaminhar para a Câmara de Vereadores de Joinville para aprovação;

CLÁUSULA 14 - O Município de Joinville, por sua Vigilância Sanitária, **no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura deste TAC**, compromete-se a realizar busca ativa de estabelecimentos clandestinos;

CLÁUSULA 15 - O Município de Joinville, por sua Vigilância Sanitária, **no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura deste TAC**, compromete-se a utilizar roteiros para todas as inspeções sanitárias realizadas.

II - DA MULTA COMINATÓRIA

CLÁUSULA 16 - O COMPROMISSÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa cominatória diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), destinado ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), CNPJ n. 76.276.849/0001-54, por dia, sempre que constatado o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

III - DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA 17 - O MINISTÉRIO PÚBLICO se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o COMPROMISSÁRIO no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 18 - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias, bem como diante de prévia ocorrência e comprovação de algum fato imprevisto (caso fortuito ou força maior) que, de alguma forma, dificulte o cumprimento das obrigações constantes do presente termo a tempo e modo pactuados;

CLÁUSULA 19 - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA 20 - As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Joinville/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

CLÁUSULA 21 - Os signatários tomaram ciência de que este



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

procedimento será arquivado e será instaurado procedimento de fiscalização do presente acordo extrajudicial.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, remetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 20 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Joinville, 17 de maio de 2023.

ELAINE RITA AUERBACH
Promotora de Justiça
(assinado digitalmente)

ADRIANO BORSCHEIN SILVA
Prefeito Municipal
(compromissário)

TÂNIA EBERHARDT
SECRETÁRIA DE SAÚDE DE JOINVILLE
(compromissária)

CHRISTIANE SCHRAMM GUISSO
PROCURADORA-MUNICIPAL DE JOINVILLE
(Anuente)